

GOVERNO

Disputa adia ação por direitos humanos

Queda de braço entre ministros Vannuchi e Jobim empurra para dia 15 lançamento do programa, previsto para hoje

Roldão Arruda

O Palácio do Planalto adiou para o dia 15 o lançamento da terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos, que estava agendado para ocorrer hoje - véspera do 61.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A alegação oficial para a mudança foi a dificuldade para se coordenar a agenda do presidente da República com a dos 29 ministros que devem participar do evento.

Nos bastidores políticos, porém, sabe-se que a razão foi outra: a queda de braço entre os ministros Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) e Nelson Jobim (Defesa) em torno de alguns pontos do programa. Dias atrás circulou a informação de que, em decorrência das divergências, Jobim não participaria da cerimônia de lançamento.

O ponto principal da discórdia é o capítulo denominado Direito à Memória e à Verdade. Trata da recuperação dos arquivos dos tempos da ditadura - especialmente aqueles que, segundo Vannuchi, ainda estão em poder dos militares - e da responsabilização criminal de agentes do Estado que se envolveram com torturas e mortes de opositores do regime.

Jobim se opõe porque acredita que a Lei de Anistia, de 1979, beneficiou também os supostos autores de violações de direitos humanos; e porque confia nas declarações feitas por chefes militares de que não existem mais arquivos dos tempos da repressão em seu poder. Outro ponto de atrito é a insistência de Vannuchi em alterar programas de ensino das escolas militares, para reforçar a questão dos direitos humanos.

ONU cobra 'exemplo' e vê 'dois países'

--- Diante da aproximação do Brasil a países acusados de violações aos direitos humanos, como o Irã, a cúpula da ONU apela para que o governo Lula "sirva de exemplo" na promoção dos direitos fundamentais. "Eu disse isso em encontro que mantive com o presidente Lula", declarou a alta comissária de Direitos Humanos da ONU, Navi Pillay. Ela veio ao Brasil em novembro, antes do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, ao País. Pillay afirmou que "se soubesse" da visita do iraniano "teria levantado a questão". As críticas vão também para a situação interna. "O Brasil avançou em termos sociais. Mas, após visitar as favelas, não é de se surpreender que constate que haja dois países", disse. ● JAMIL CHADE

Negociadores dos dois ministérios tentaram nos últimos dias chegar a um acordo. Não há sinais, por enquanto, de que tenham conseguido. A página da Secretaria de Direitos Humanos na internet, que já deveria estar exibindo a versão definitiva do programa, mostrava até ontem uma proposta preliminar, de setembro. Nela já se percebiam claros sinais de recuo de Vannuchi. O principal deles era o fato de ter aceitado mudar o nome da Comissão de Verdade e Justiça para Comissão de Verdade e Reconciliação - exatamente como queria Jobim.●